13. Perfil dos Assistidos da Defensoria Pública

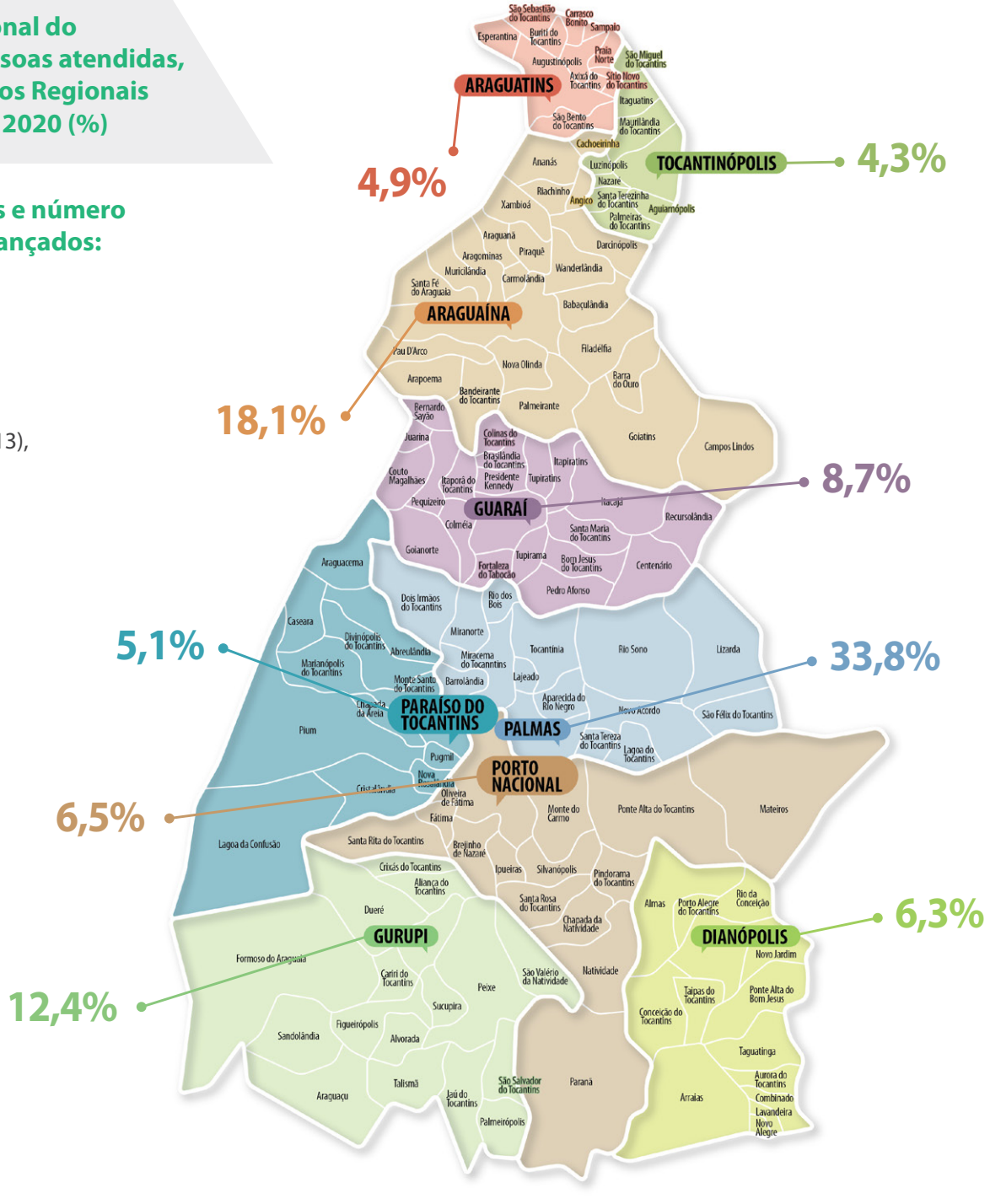
O conhecimento sobre o perfil das pessoas assistidas pela Defensoria Pública é fundamental para o desenvolvimento das atividades. Por meio das informações sobre renda, estrutura familiar, escolaridade, condições de moradia, entre outras a equipe de gestão pode adequar os serviços oferecidos à realidade dos usuários de forma contínua. Ao mesmo tempo muitas ações de orientação e conscientização da população nas diferentes regiões do Estado onde a Defensoria Pública atua são subsidiadas por dados detalhados de cadastro como por exemplo campanhas com a temática do direito do consumidor, defesa dos direitos das mulheres, defesa da saúde e muitas outras.

O relatório a seguir tem como objetivo apresentar ao público externo um panorama das principais características socioeconômicas das pessoas assistidas pela Defensoria Públlica ao longo do ano de 2020.

Cerca de 44.804 pessoas utilizaram os serviços da Defensoria Pública do Tocantins por meio de atendimentos iniciais, retornos, visitas ao preso e itinerantes nas 42 unidades espalhadas por todo o Estado. A distribuição geográfica do quantitativo de pessoas atendidas em cada um dos nove Núcleos Regionais pode ser observada no mapa abaixo.

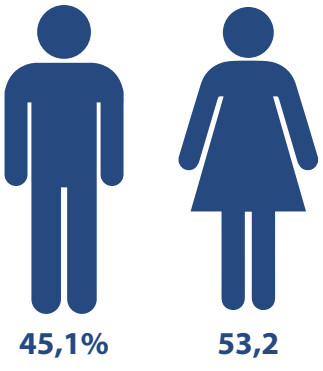
Distribuição regional do percentual de pessoas atendidas, segundo os Núcleos Regionais da Defensoria em 2020 (%)

Núcleos Regionais e número de municípios alcançados:
Araguaína(24),
Araguatins(11),
Dianópolis(14),
Guaraí(21),
Gurupi(17),
Palmas(15),
Paraíso do Tocantins(13),
Porto Nacional(15)
e Tocantinópolis(9).



Das 44.804 pessoas atendidas em 2020, as mulheres totalizaram 23.842 (53,2%), enquanto os homens corresponderam a 20.206 (45,1%). Não informaram ou informaram novas identidades de gênero (1,7%). Na comparação com 2019, a participação das mulheres aumentou de 50,6% para 53,2%. Nos últimos 3 anos as mulheres representaram em média 51,5% das pessoas assistidas e os homens (46,7%).

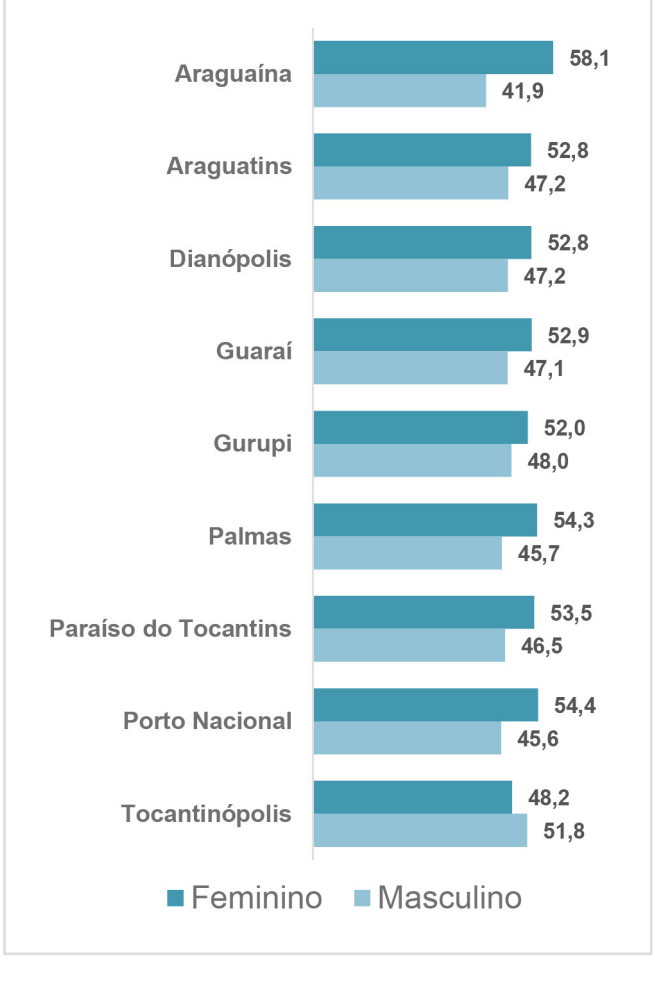
Gráfico 1 - Gênero (%)



Não informaram ou informaram novas identidades de gênero 1,7%

ANO / GÊNERO	FEMININO	MASCULINO	NI*
2018	50,6%	47,2%	2,2%
2019	50,6%	48,6%	1,6%
2020	53,2%	45,1%	1,7%

Gráfico 2 - Gênero, segundo o Núcleo Regional (%)



Regionalmente, o gênero se distribuiu em 58,1% de mulheres e 41,9% de homens na região de Araguaína, 52,8% de mulheres e 47,2 % de homens na região de Araguatins, 52,8% de mulheres e 47,2% de homens em Diánópolis, 52,9% de mulheres e 47,1% de homens em Guaraí, 52% de mulheres e 48% de homens em Gurupi, 54,3% de mulheres e 45,7% de homens em Palmas, 53,5% de mulheres e 46,5% de homens em Paraíso do Tocantins, 54,4% de mulheres e 45,6% de homens em Porto Nacional, 48,2% de mulheres e 51,8 de homens em Tocantinópolis.

13. Perfil dos Assistidos da Defensoria Pública

Gráfico 3 - Grupos de idade (%)

Foi mantida participação de destaque dos grupos de idade (0 a 10 anos) 13,6% e (19 a 25 anos) 13,9% . Pessoas com 61 anos ou mais representaram 7,5% do total.

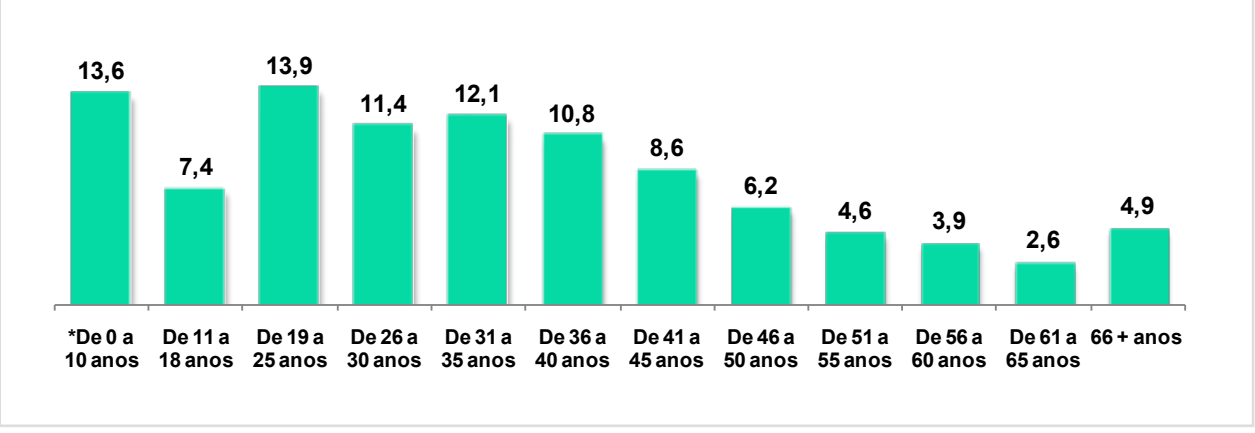
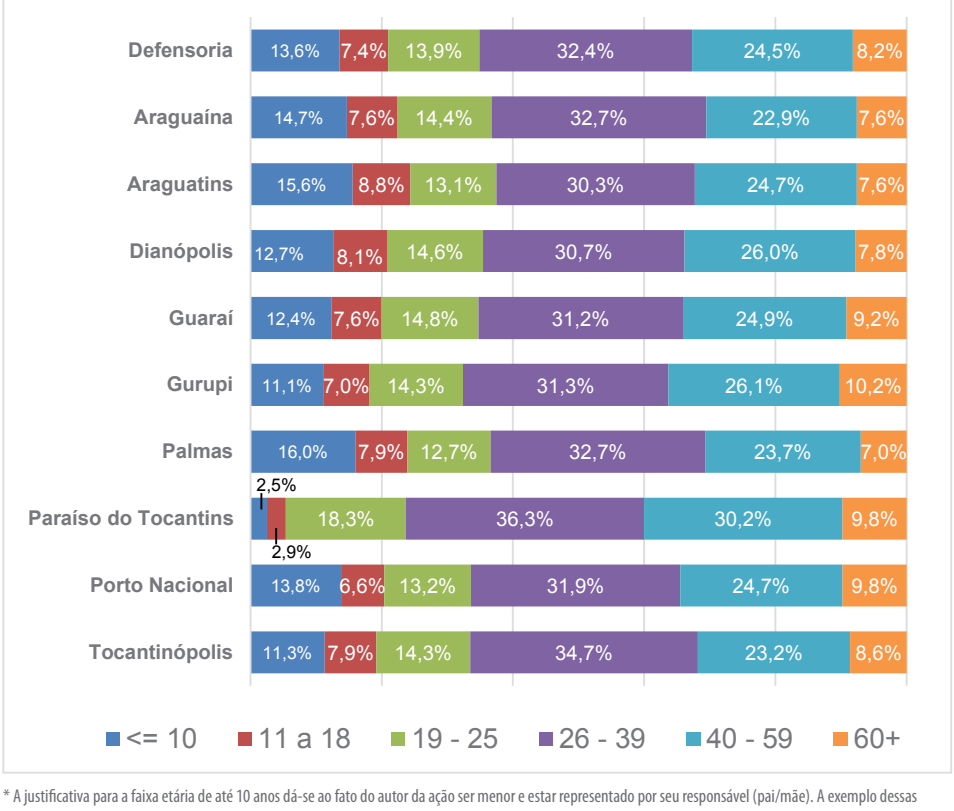


Gráfico 4 - Grupos de idade, segundo o Núcleo Regional (%)

Regionalmente, foi possível verificar que a região de Araguatins apresentou a maior concentração de pessoas nos grupos de idade de mais jovens com (37,5%) dos assistidos com menos de 25 anos de idade e em seguida as regiões de Araguaína e Palmas com (36,7%) e (36,6%) respectivamente. Os assistidos com 60 anos ou mais de idade tiveram maiores concentrações nas regiões de Gurupi (10,2%), Paraíso do Tocantins (9,8) e Porto Nacional com (9,8%), sendo a média deste grupo nas regionais 8,6%.

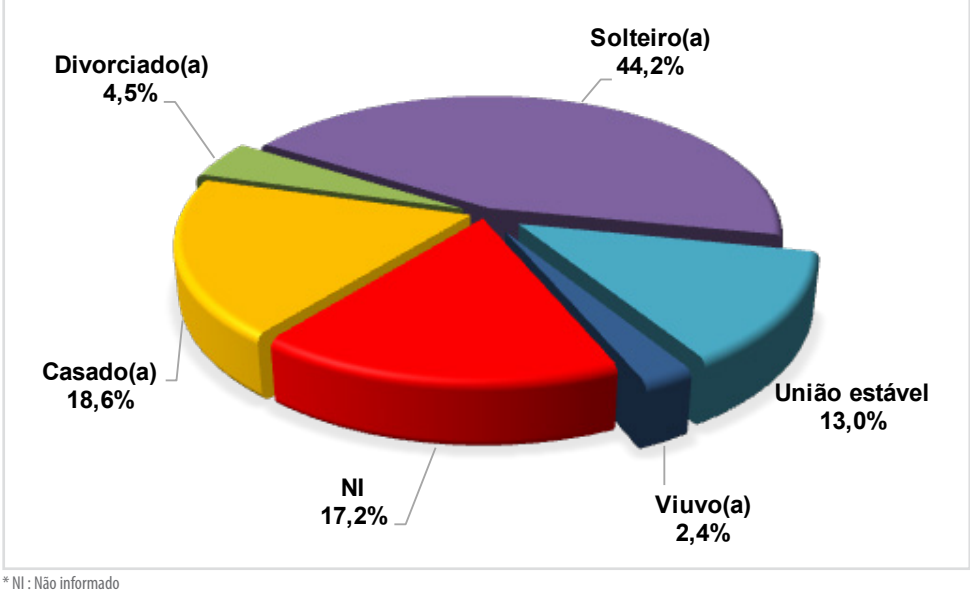


* A justificativa para a faixa etária de até 10 anos dá-se ao fato do autor da ação ser menor e estar representado por seu responsável (pai/mãe). A exemplo dessas ações estão Alimentos, Investigação de paternidade, Criança e Adolescente entre outras.

13. Perfil dos Assistidos da Defensoria Pública

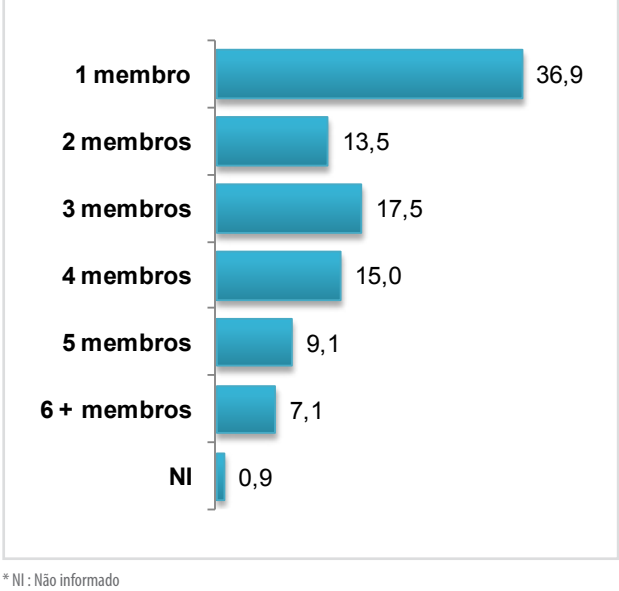
Gráfico 5 - Estado civil (%)

Em 2020 as pessoas assistidas em sua maioria informaram ser solteiros(as) (44,2%).
Os casados(as) representaram 18,6% do total. Os menores percentuais encontrados foram (4,5%) divorciados(as) e (2,4%) viúvos(as).



* NI : Não informado

Gráfico 6 - Número de membros na família (%)

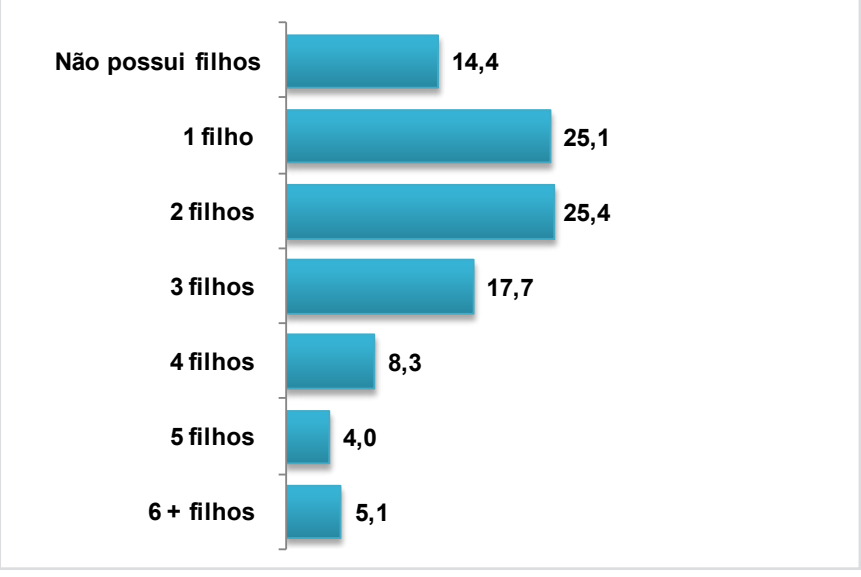


* NI : Não informado

Aproximadamente 50% das pessoas assistidas (22.402) possuem até 2 membros na família.
Pessoas com 6 ou mais membros na família representaram 7,1 % do total.

13. Perfil dos Assistidos da Defensoria Pública

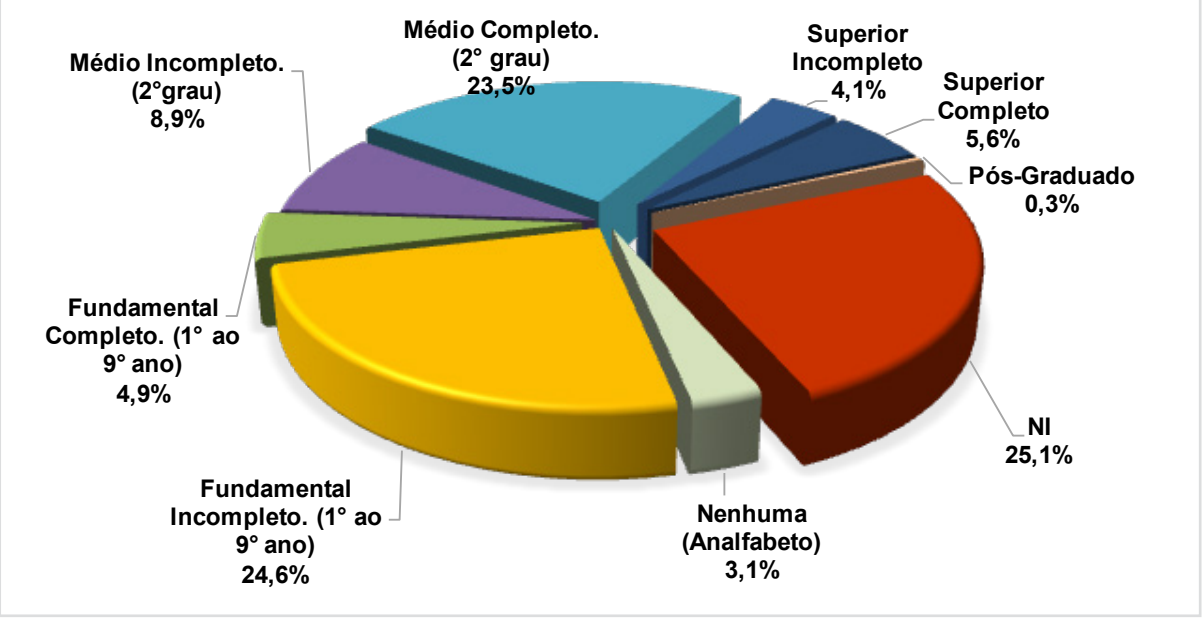
Gráfico 7 - Número de filhos (%)



Considerando as pessoas que informaram o número de filhos (30.589), (50,5%) possuem 1 ou 2 filhos. Pessoas com 6 filhos ou mais representam 5,1% e pessoas que não tem filhos 14,4%.

Dos 44.804 assistidos, 14.206 (31,7%) não informaram se possuem ou não e a quantidade de filhos.

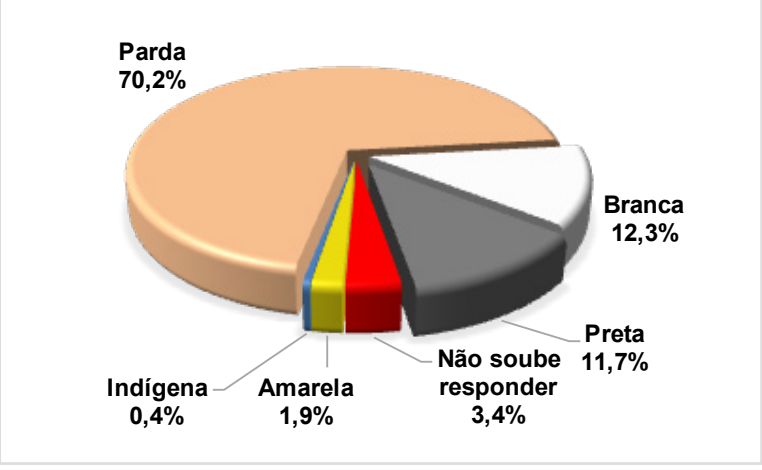
Gráfico 8 - Escolaridade (%)



Dentre todos usuários a maioria informou possuir o Ensino Fundamental Incompleto (1º ao 9º) (24,6%) ou Ensino Médio Completo (23,5%). Os menores percentuais encontrados foram: (0,3%) Pós-graduado, (3,1%) Analfabeto e (4,1%) Superior Incompleto .

13. Perfil dos Assistidos da Defensoria Pública

Gráfico 9 - Cor ou raça (%)



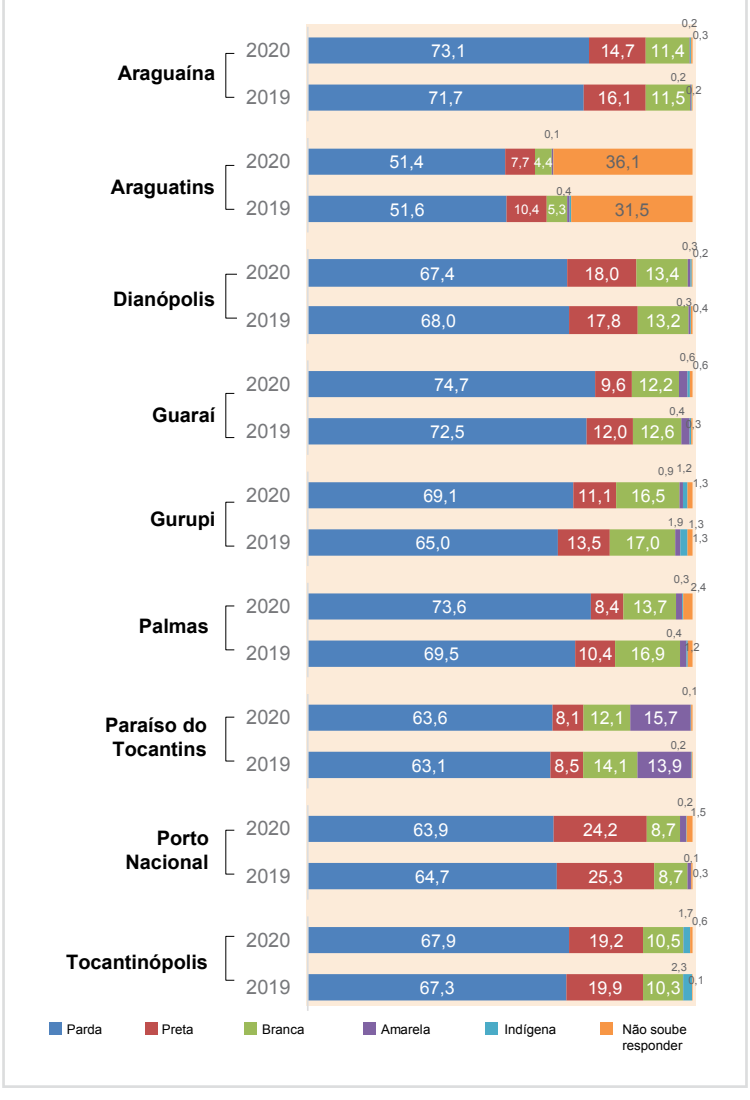
As pessoas autodeclaradas de cor parda representaram 70,2% do total de assistidos, ao passo que as de cor branca representaram 12,3% e as de cor preta 11,7%. Em 2019 essas estimativas eram (67,7%), (13,5%) e (13,6%) respectivamente.

Gráfico 10 - Cor ou raça, segundo o Núcleo Regional 2019 - 2020 (%)

Em 2020 a região de Guaraí (74,7%) teve a maior proporção de pessoas assistidas declaradas pardas, em seguida Palmas (73,6%), Araguaína (73,1%), Gurupi (69,1), Tocantinópolis (67,9%), Dianópolis (67,4%), Porto Nacional (63,9), Paraíso do Tocantins (63,6%) e Araguatins (51,4).

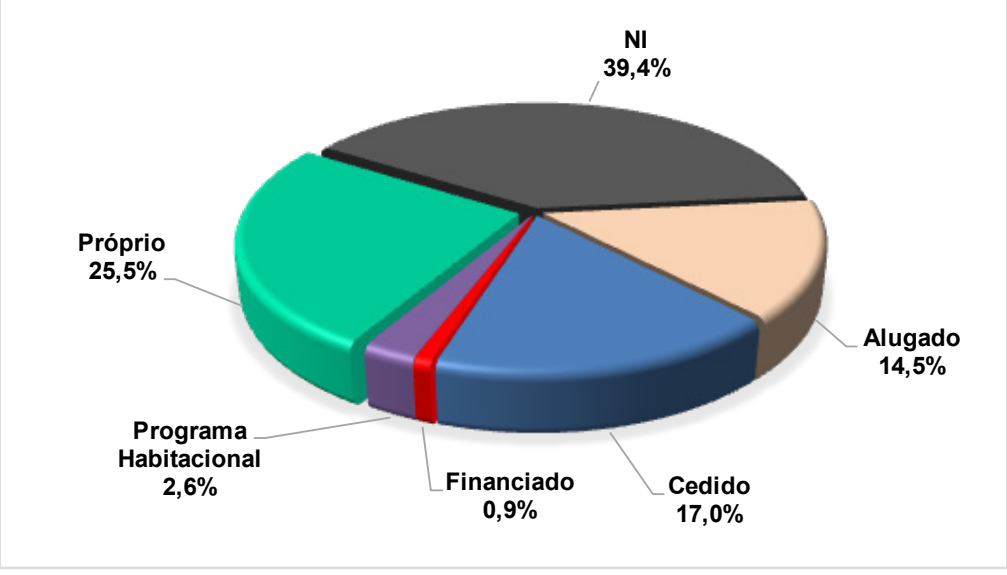
A maior proporção de pessoas assistidas declaradas negras, em 2020, ocorreu em Porto Nacional (24,2%), em seguida Tocantinópolis (19,2%), Dianópolis (18%), Araguaína (14,7%), Gurupi (11,1%), Guaraí (9,6%), Palmas (8,4%), Paraíso do Tocantins (8,1%) e Araguatins (7,7%).

Tocantinópolis (1,7%) teve a maior proporção de pessoas assistidas declaradas indígenas.



13. Perfil dos Assistidos da Defensoria Pública

Gráfico 11: Tipo de imóvel (%)

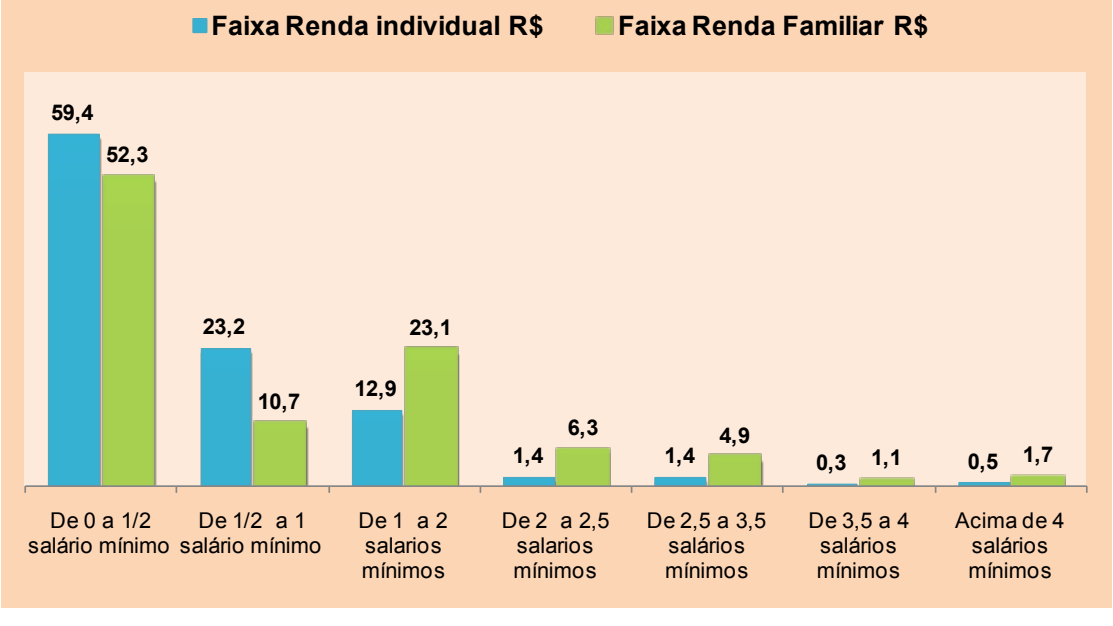


Aproximadamente 31,6% dos assistidos pela DPE-TO moram em imóvel alugado ou cedido. As pessoas que residem em imóvel financiado representam 0,9%, proveniente de programa habitacional (2,6%) e os que têm casa própria representam 25,5%

A resolução-CSDP nº 170, de 01 de março de 2018 diz que para ter acesso a justiça gratuita a pessoa natural atenda as seguintes condições:

- Renda mensal individual limitada a 2,5 (dois vírgula cinco) salários mínimos e no caso de entidade familiar, será observada a renda obtida pelos integrantes economicamente ativos, estando sujeita ao limite de até 4 (quatro) salários mínimos, dentre outras regras que estão disponíveis no site da Defensoria Pública.

Gráfico 12: Distribuição da renda familiar e individual (%)



O percentual de casos com renda familiar acima de 4 salários mínimos pode ser explicado por designações feitas pelos magistrados, sendo tais determinações judiciais acolhidas pela Defensoria Pública, além de determinadas peculiaridades previstas na resolução CSDP 170/2018.